

Pragmatismo, natureza e verdade

Daniel Baiardi

Introdução

Neste artigo aspiro por esclarecer como William James (1842-1910), inserido no contexto do pragmatismo clássico, articula a *intencionalidade* na construção de uma teoria do *significado* e, conseqüentemente, na sua concepção pragmática da *verdade*, atentando para o desenvolvimento de uma visão naturalizada do conhecimento, visão esta dinamizada pelo poder explicativo oferecida por uma abordagem evolucionista. Considero que este esforço tem como meta prover à epistemologia e a psicologia de seu tempo um sistema teórico que possibilite compreender melhor tanto a natureza do entendimento como os fenômenos mais gerais que ocupam as ciências cognitivas, em especial, nos processos de formação da crença.

Quando um membro do pragmatismo clássico fala sobre ação, ele não tem em mente exatamente a mesma coisa que tem um filósofo europeu. É, pois, razoável admitir que o pragmatismo tenha coisas importantes a nos dizer sobre a ação (Kilpinen, 2008, p. 2), coisas que não estão presentes em outras tradições e ainda podem, em muito, auxiliar em questões contemporâneas, enriquecendo o debate a respeito da prática e da constituição dos valores. Assim, *nos aproximamos de um problema circunscrito nos processos ativos envolvidos na formação da crença, sua verificação e na decisão do agente racional.*

Entendo que foi a partir dos resultados obtidos nas ciências empíricas e no seu compromisso com uma definição de mental, abarcando os avanços no campo da psicologia (através de uma aproximação, essencialmente, fisiológica), que James pôde se lançar

em projetos como o do *empirismo radical*¹ e de seu *pragmatismo*. O projeto do *empirismo radical* de James, diante de suas primeiras análises, não estava ligado logicamente ao pragmatismo, porém, mais tarde, ele assume esta relação.

“Eu estou interessado em outra doutrina em filosofia, a qual eu dei o nome de empirismo radical, e ao que me parece, o estabelecimento da teoria pragmática da verdade é um passo de primeira importância na tarefa de fazer o empirismo prevalecer.” (JAMES, 1909, p. 8).

James comenta que *racionalistas* são os homens de *princípios*, *empiristas* os homens de *fatos* (1907c, p. 365). Para ele, a evolução já não era mais uma teoria, mas um *fato*. Com efeito, entende-se que James só poderia ter tomado semelhante rota epistemológica por estar de posse de uma forte confiança na possibilidade de que os mecanismos *a priori* são, em essência, uma forma de experiência acumulada ao longo de muitas gerações, ainda que não soubesse exatamente como tais faculdades são transmitidas. O pensamento evolucionista fornece ao pragmatismo, como também, ao *empirismo radical* de James uma explicação convincente para a existência das faculdades encontradas *a priori* no entendimento. Estas são o resultado da interação e da seleção de milhares de gerações com o ambiente, o qual imprime na mente de um rebento a capacidade de discernir e organizar os objetos da experiência. Em outras palavras, a *experiência* das gerações anteriores conjugada com a *experiência* do agente racional e aquele acumulado por sua cultura.

Este pressuposto evolucionista, associado à sua noção naturalizada de *interesse*, viabiliza uma teoria do significado, fundamental para a sustentação da concepção pragmática de verdade. Concepção esta

1. O empirismo radical de James, sinteticamente, é composto: de um “postulado”, onde assevera que as únicas coisas que devem ser debatidas entre filósofos são as coisas que podem ser definidas em termos retirados da experiência; um “fato”: as relações são experimentadas diretamente como as coisas que elas relacionam e; um “corolário”: as partes da experiência se sustentam, lado a lado, por relações que são também parte da experiência (JAMES, 1909, p. 6-7).

que, tanto através de Peirce quanto de James, teve e tem repercussões e aplicações não somente em diversos campos do conhecimento científico, como também na sustentação de discursos políticos, na administração pública, na prática médica e também na jurídica. Kirkham (1992) faz uma interessante distinção entre “projetos” e “programas”. De acordo com ele, projetos adquirem importância porque soluções para eles podem ser colocados a serviço de empreendimentos filosóficos mais amplos e estes, em geral, é que são chamados programas. Assim, facilmente percebe-se que este programa de pesquisa não está isolado, inserido em uma tradição com hábitos esotéricos, mas, na realidade, dialoga com diversas *esferas* da vida contemporânea.

A influência de H. Spencer

Procuro aqui dar destaque à influência direta da filosofia sintética de Herbert Spencer (1820-1903) sobre o pensamento de James, até mesmo, no meu entender, sobrepujando a conhecida influência de Darwin sobre sua abordagem naturalista. Bem, tal reconstrução não deixa de atentar a importação de conceitos fundamentais do utilitarismo, principalmente, o de J. S. Mill, outra forte influência intelectual sobre James.

A novidade, a ruptura, com a frenologia e com o associacionismo, as tradições mais representativas na psicologia daquele momento, se dá quando Spencer afirma que, através da *correspondência*, a complexidade do ambiente não somente estimulava a desenvolvimento das capacidades cognitivas como também moldava o desenvolvimento das mesmas. No seu entender, “inteligência” é a capacidade de responder às alterações do ambiente com eficiência, acelerando os processos adaptativos e garantindo a sobrevivência. Tal virada, defendida por Spencer, atrai James na medida em que, aparentemente, submete todos

os termos do vocabulário filosófico a termos de origem na experiência (BAIARDI, 2008).

Alguns autores consideram que a aproximação jamesiana é essencialmente darwinista (CARLSON, 1997; KINOCHI, 2006). Entretanto, as semelhanças com o sistema de Spencer são diversas e significativas. As influências do spencerianismo não são encontradas somente na *ontologia processual* de James, explícita em obras como *A Pluralistic Universe* (1909), onde o ambiente também está submetido a uma transformação constante, mas, principalmente, em sua concepção da emergência das capacidades cognitivas complexas. A influência de Spencer sobre James também fica explícita em seus cursos oferecidos no início de sua carreira como docente. Em 1875, James oferece, em Harvard, o curso *Psicologia Fisiológica – Os Princípios da Psicologia de Herbert Spencer*, repetindo o oferecimento por várias vezes. Em 1879, ofereceu o curso *A Filosofia da Evolução* no qual usava *First Principles* (1862), de Spencer, como livro-texto (BORING, 1963, p.165; 1969, p. 151).

Assim, entendo que existe uma explícita continuidade entre os projetos de James e o de Spencer, não somente em seus empreendimentos no campo da epistemologia e da psicologia, mas também de um ponto de vista metafísico. Não pretendo, com essa linha de raciocínio, mitigar a poderosa influência exercida por Charles S. Peirce e de sua máxima sobre a filosofia de James. Como esclarece Barton Perry (1948, p. 132), Peirce é o principal responsável por amenizar a influência de Spencer sobre James, nas suas palavras, o afastou do “feitiço” spenceriano, ainda que Peirce também reconheça que foi leitor assíduo do filósofo britânico. A ideia de evolução de Peirce, segundo ele mesmo, é um produto dialético, de acordo com a concepção hegeliana. Como esperado, este processo se dá em três momentos, a saber: o primeiro (tese), o darwinista, onde prevalece o *tiquismo – randômico e indeterminado*; o segundo, o spenceriano

(no papel de antítese), onde encontramos a *necessidade – mecânica e determinada*; e, por fim, o seu próprio, o *sinequismo – a síntese dos dois primeiros* (*apud* Doyle, 2010, p. 2) [grifos nossos].

São muitos os pontos comuns na aproximação aos problemas do entendimento em James e Spencer. Ambos partem de uma revisão analítica do *datum* fornecido pelos estudos nas ciências biológicas sentido a uma teoria do conhecimento que assume um paralelismo entre o fisiológico e o psicológico. Tanto James como Spencer partem da compreensão do fenômeno vital para compreender as funções cognitivas complexas. James deixa explícita a sua dívida para com o empreendimento de Spencer:

“No geral, poucas fórmulas recentes têm feito um maior real serviço, conquanto incompleto, do que o spencerianismo, segundo o qual a essência da vida mental e corporal é, a saber, ‘o ajustamento de relações internas às externas’.” (JAMES, 1890, p. 6).

De qualquer forma, foi a partir da crítica do “Principles of Psychology” (1855), de Spencer, que James constrói publicamente sua concepção de mente, na qual a novidade é o *interesse*. James sugere uma omissão de Spencer em realizar uma verdadeira análise *teleológica* dos interesses do indivíduo. Tomemos aqui o termo *teleologia*, tanto para James quanto para nosso propósito, denotando *intencionalidade*. Algo que ele deixa claro, em carta ao seu editor, Henry Holt, responsável pela publicação dos seus *The Principles of Psychology* (1890), praticamente o mesmo título da publicação de Spencer, em 1855:

“Minha querela com Spencer não se deve ao fato que ele superestima o ambiente, mas que subestima o fato notório e patente dos interesses subjetivos que cooperam com o ambiente moldando a inteligência.”²

2. Carta a Henry Holt, 22 de novembro, 1878. SIMON, Linda (2010) – Expo William James – “Life is on the Transitions”. Disponível em [http://hcl.harvard.edu/libraries/houghton/exhibits/james/professor/5_2.cfm], Acessado em 05/04/2011.

Não se poderia se aproximar de tais obras sem levar em consideração que as teorias propostas se alinham em dois campos principais: o epistemológico e o psicológico cognitivo. Contudo, seria ingênuo acreditar que suas teses principais não estão imbricadas. Com efeito, na literatura especializada no século XIX esta distinção ainda não é clara. Como comenta Perry (1996, p. 186-8), James está entre os principais promotores da autonomia da psicologia frente às investigações de cunho filosófico e foi um precursor das atividades experimentais neste campo.

Spencer propõe nos seus *Principles of Psychology* a tese da *complexidade ambiental* (T.C.A.) segundo a qual: *a função da cognição é habilitar o organismo para lidar com a crescente complexidade do seu ambiente*. Esta tese, que desfruta hoje de franco desenvolvimento, foi proposta originalmente por Spencer e desenvolvida por James e Dewey, os quais a adaptariam para um modelo de transformação onde a seleção natural desempenharia o papel principal (GODFREY-SMITH, 1996, p. 113). A posição de Spencer demonstra o papel decisivo do ambiente externo em suas definições, justificando a identificação do trabalho de Spencer com uma visão “externalista”. Tal postura alinha sua obra em uma vertente denominada por Campbell como escola spenceriana-lamarckista de epistemologia evolutiva (CAMPBELL, 1993, p. 89). Tomaremos aqui como *externalista*, em um sentido mais amplo e sistêmico, como a perspectiva segundo a qual as modificações de um sistema dependem essencialmente de aspectos e de forças exteriores ao mesmo. As explicações oferecidas por Spencer para o incremento em complexidade do organismo e suas faculdades estão quase que exclusivamente baseadas sobre esta perspectiva adaptacionista (GODFREY-SMITH, 1996, p. 4).

A filosofia spenceriana reivindica a inexorável continuidade entre a vida e a mente. Em Spencer a *correspondência* é entendida enquanto *o contínuo ajuste das relações internas com as relações externas*.

A consequência da inclusão do conceito de *interesse* em James como elemento complementar na fórmula da *correspondência* pode ser assim expressa: os itens que despertam *interesse* ou prazeres são individuados, concentrando nossa atenção, desenvolvendo conexões mais extensas, enquanto os itens do ambiente que nos causam repulsa, desprazer, ou aqueles insípidos são ignorados ou suprimidos (JAMES, 1878, p. 6). Portanto, na opinião de James, a mera *correspondência* com o mundo externo é uma noção com a qual é totalmente impossível basear uma definição de processo mental. Dessa forma, James acredita que o *interesse* é o fator essencial o qual nenhum autor que pretenda descrever a evolução da mente tem o direito de negligenciar. A busca pelos fins que se encontram no futuro e a escolha dos meios para atingi-los são a marca e o critério para detectarmos a presença da mentalidade em um fenômeno (JAMES, 1890, p. 8). De acordo com ele, Spencer e Platão são *ejusdem farinae*. Argumenta que ambos tentaram surrupiar a teleologia para longe da vista, não fazendo referência a ela, empreendendo assim o mais vão dos procedimentos (JAMES, 1878, p. 14).

Por qual razão James assume que a compreensão da *teleologia* do agente racional é o caminho para explicar a natureza da mente? Como são definidos, ou construídos, os interesses subjetivos do indivíduo? Talvez, através da investigação do fato basilar na construção da doutrina de James: a tendência exibida na persecução dos *bens*, encontrada igualmente nas formas de vida ditas inferiores. Mas em que momento do desenvolvimento os objetos de desejo e repulsa são definidos na mente humana? São eles construídos parte *a priori* e parte *a posteriori*? Qual o papel do entorno social? Considerando que a definição e o conhecimento dos *bens* têm repercussões sérias na construção da sua teoria da verdade, isto se torna um problema central em qualquer tentativa de compreender o projeto epistemológico de James.

Tomando o *significado* enquanto os efeitos concebíveis do valor prático que o objeto possui, James sustenta a ideia de que a verdade é construída no processo de interação do indivíduo com o mundo. Uma crença só pode ser considerada como verdade, no seu entender, se ela é útil e pode ser aplicada em um sentido prático. Entretanto isto não significa que James não exige evidências. Os leitores mais esclarecidos parecem entender a Teoria da Verdade de James, se é que ela merece este estatuto (ou, alternativamente, simplesmente *noção* de verdade), como uma síntese das teorias da correspondência e coerência associadas à máxima pragmática do significado. A verdade, na sua concepção, é algo como um *bem*, e.g., a saúde. As verdades são *bens* devido ao fato de que nós podemos nos valer delas no futuro sem ser insatisfatoriamente surpreendidos. Elas nos encaminham para universos verbais e conceituais úteis, assim como para termos sensíveis de uso prático. Elas nos asseguram consistência, estabilidade e proporcionam uma fluente comunicação humana. Elas nos afastam ainda da excentricidade e do isolamento, assim como do pensamento estéril e frustrante (JAMES, 1907a, p. 435). Dessa forma, *o valor prático de idéias verdadeiras é assim primariamente derivado da importância prática que desses objetos para nós* (JAMES, 1907b, p. 431).

A “teoria” da verdade jamesiana e o problema da normatividade

Uma das principais críticas às abordagens evolucionistas à epistemologia consiste em acusá-las de fornecer somente aproximações descritivas dos processos cognitivos. Contudo, entendemos a Teoria Pragmática da Verdade, conjugada com o método pragmático, enquanto uma tentativa de uma aproximação prescritiva, ou ainda, normativa, ao estudo dos processos cognitivos realizada pelo programa evolucionista em questão.

No entender de James, uma ação mental correta, consiste no estabelecimento, correspondente às relações externas, das tais relações internas e reações que favorecerão a sobrevivência daquele que pensa, ou, ao menos, seu bem-estar físico. Esta nova definição é mais precisa do que a de Spencer, mas, ao mesmo tempo, carregada de teleologia, explicitamente postula uma distinção entre simples ações mentais e aquelas ações mentais as quais Spencer denomina como corretas. Estabelecendo como fins do indivíduo a prosperidade física e a sobrevivência, os quais, no entender de James, são somente alguns dentre os interesses subjetivos do animal.

A tentativa de James de naturalizar a verdade é uma característica própria do esforço desse programa pragmático clássico. Oferece à verdade um valor extrínseco, algo provido de valor de troca. Apesar de James sustentar que verdades são produzidas no curso da experiência do indivíduo, ele também sustenta a visão empirista que “crenças verificadas concretamente por *alguém* são as bases de toda a superestrutura”. Estas *verdades*, no seu entender, fazem parte de um *sistema de créditos*, desfrutando de aceitação no mercado enquanto não forem contestadas (JAMES, 1907b, p. 433). Em uma primeira instância, esta ideia parece promissora. Entretanto, tal noção de verdade poderia ser tomada como uma incursão na *falácia naturalista*, ou ainda, a admissão de um argumento *ad baculum*. Pois, o fato de que determinada crença se verifique útil ou segura em determinado momento não significa que, em última instância, seja verdadeira.

Uma questão logo trazida à tona é se a “teoria” da verdade pragmática oferece realmente elementos normativos e é válida instrumentalmente ou é falaciosa e seus critérios não auxiliam em nada a atividade científica. Creio que não se trata de um dilema deste tipo. Uma alternativa, como aponta Barbara Trybulec (2008) é assumir que não existe tal falácia, ou ainda, que ela é inevitável, como entendem

alguns epistemólogos evolucionistas. Entretanto, esta noção prática e imediatista de verdade como concebida por James e Peirce não descarta uma verdade objetiva e última, pela qual pretende a atividade científica. Porém, tal noção ortodoxa de verdade, no entender do pragmatista, muitas vezes, se situa distante no horizonte do homem de ciência. A noção de verdade pragmática que encontramos em James, assim como em Dewey é, no meu entender, especialmente útil para as teorias da decisão. Não podemos deixar de notar que esta noção está atrelada a um método voltado para a resolução de problemas específicos, centrados na ação do indivíduo.

Diante de tais posições assumidas por James, muitos leitores podem acusá-lo de se entregar a um relativismo, algo ao modo da célebre expressão de Protágoras, *homo mensura*. Entretanto, tal acusação não seria consistente, pois encontramos em James um sério compromisso com a objetividade na ciência, em especial, na psicologia. Goodman, em seu comentário sobre a recepção desta doutrina por B. Russell, aponta que o último apresentava críticas semelhantes, que diagnosticava em James, não apenas certo relativismo, como também o acusava de privar-nos de qualquer coisa estável em que acreditar e, por fim, de propor um ceticismo profundo e irresponsável. Esta é uma análise injusta da posição apresentada por James, pois este não sustenta que alguém deve acreditar em algo, somente que tem o *direito* de sustentar determinada crença sob determinadas circunstâncias. Em nenhum momento James defende que podemos sustentar crenças sem a presença de evidências (GOODMAN, 2002, p.12-13). O *pragmatismo*, como concebido por Russell, é uma doutrina adaptada ao temperamento de seu tempo, incorporando elementos da teoria da evolução e do ceticismo (GOODMAN, 2002, p. 12).

É importante deixar claro que existem diferenças relevantes entre a concepção de James e Peirce e que alguns filósofos, como Kirkham

(1992, p. 37), denominam a “teoria” da verdade de James como uma teoria “instrumentalista”, ao passo que a de Peirce recebe a alcunha de “pragmática”. Algo bem ilustrado quando James afirma que “todas as nossas teorias são *instrumentais*, são modos mentais de *adaptação* à realidade” (James, 1907a, p. 428) [grifos nossos]. Russell (1910), por outro lado, em sua apreciação da doutrina de James comenta, chama atenção para o fato de o pragmatismo ter transformado o que é entendido como “hipótese de trabalho” em “verdade”. Russell, acertadamente, ainda aponta para o fato de que muitas vezes parece mais fácil determinar a veracidade de uma crença do que avaliar corretamente a maior utilidade entre duas crenças (RUSSELL, 1910).

Rorty entende que, para James, nossa responsabilidade com a verdade não é capturar as coisas de maneira exata. Antes disso, esta é uma responsabilidade para com nós mesmos de construir crenças que sejam coerentes umas com as outras, assim como para com nossos semelhantes e suas respectivas crenças. Entretanto, o que é bom para um grupo humano, muitas vezes, não é para outro grupo. De acordo com Rorty, James nunca conseguiu lidar satisfatoriamente com essa consequência contra-intuitiva (RORTY, 2006, p. 85). Contudo, não podemos perder de vista a importância do ambiente de determinado grupo humano comparado com outros ambientes, estes grupos vivem realidades parcialmente distintas. A rejeição desse tipo de realismo científico leva James a defender que “o único critério objetivo da realidade é a coercitividade sobre o pensamento em longo prazo” (1878, p. 21). Por estes e outros problemas, sua concepção de verdade angariou muitos críticos, alguns acusaram James de não diferenciar conceitos fundamentais. Entretanto, de acordo com Putnam, ainda que assumir a “teoria da verdade” de James seja um equívoco para muitos campos da atividade científica e filosófica, ele sabia perfeitamente a diferença entre a verdade, a justificação e a confirmação (PUTNAM, 1995, p. 211).

Referências bibliográficas

- ANDRESKI, Stanislav (1971). *Herbert Spencer: Structure, Function and Evolution*. Londres: Michael Joseph.
- BAIARDI, D. C. (2008). Conhecimento, Evolução e Complexidade na Filosofia Sintética de Herbert Spencer. In: *Manuscrito*. São Paulo: Acervo de teses (Dissertação de Mestrado). USP-FFLCH.
- BORING, Edwin G. (1929). *A History of Experimental Psychology*. Nova York: D. Appleton.
- BORING, Edwin G. (1963). *History, Psychology and Science*. Nova York: John Wiley and Sons.
- CAMPBELL, Donald (1993). Evolutionary Epistemology. In: BARTLEY, W.W.; CAMPBELL, D & RADNITZKY, G. *Evolutionary epistemology, rationality and the sociology of knowledge*. La Salle: Open Court.
- CARLSON, Thomas (1997). James and the Kantian tradition. In: PUTNAM, Ruth Anna (Ed.). *The Cambridge Companion to William James*. Cambridge University Press.
- DOYLE, Bob (2010). Jamesian Free Will, The two-stage model of William James. In: *William James Studies*, Vol. 5, pp. 1-28.
- GODFREY-SMITH, P. (1996). *Complexity and the Function of Mind in Nature*. Nova York: Cambridge University Press.
- JAMES, William (1878). Remarks on Spencer's definition of Mind as Correspondence. In: *Herbert Spencer, Contemporary Assessments - Herbert Spencer Collected Writings*. Londres: Routledge & Thoemmes Press, 1996.
- JAMES, William (1890). *The Principles of Psychology*. Nova York: Dover Publications, 1950.
- ____ (1907a) *Pragmatism and Common Sense*. In: *The Writings of William James*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- ____ (1907b) *Pragmatism's Conception of Truth*. In: *The Writings of William James*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.

- ____ (1907c) The Present Dilemma in Philosophy. In: *The Writings of William James*. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.
- ____ (1909). *The Meaning of Truth*. Nova York: Arc Manors, 2008.
- KILPINEN, Erkki. (2008). *Pragmatism as a Philosophy of Action*. (Conferência apresentada na *First Nordic Pragmatism Conference*, Helsinki, Finlândia, Junho de 2008). Obtido em: [<http://www.nordprag.org>]. Acessado em 10 de Outubro de 2010.
- KINOUCI, R. R. (2006). Darwinismo em James: A Função da Consciência na Evolução. In: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Set-Dez 2006, Vol. 22 n. 3, pp. 355-362.
- KIRKHAM, Richard (1992). *Theories of Truth*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- PERRY, Ralph Barton (1948). *The Thought and Character of William James*. Nashville: Vanderbilt University Press, 1996.
- PUTNAM, Hilary (1995). Permanência em James. In: *Cognitio-estudos*, V. 7, Nº 2, dezembro, 2010, pp. 210-220.
- RORTY, R. (2006). Religious Faith, Intellectual Responsibility and Romance. In: Putnam, Ruth Anna (Ed.). *The Cambridge Companion to William James*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- RUSSELL, B. (1910). William James' Conception of Truth. In: RUSSELL, B. *Philosophical Essays*. Nova York: Routledge, 2003.
- SIMON, Linda (2010) (Curadora) – *Expo William James* – “Life is on the Transitions”. Disponível em [http://hcl.harvard.edu/libraries/houghton/exhibits/james/professor/5_2.cfm], Acessado em 05/04/2011.
- SPENCER, Herbert. (1855) *Principles of Psychology*. In: *Herbert Spencer Collected Writings, Vol. IV*. Routledge & Thoemmes Press. Londres, 1996.
- TRYBULEC, Barbara (2008). Is Naturalism Normative? The Function of Epistemic Norms Within Naturalized Epistemology. In: *Percipi 2* (2008): 15–2